

Indústria prevê aumentos maiores para os carros, no futuro.

A volta do setor automobilístico ao controle do CIP (Conselho Interministerial de Preços) "só vai acarretar aumentos de maior impacto no futuro". A advertência foi feita ontem no ABC pelo presidente da Anfavea



(Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), André Beer (foto), ao antecipar que o setor quer aumentar em cerca de 30% os preços dos veículos, a partir do dia 1º de abril.

Em Florianópolis, o presidente da Abrave (Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos), José Carlos Gomes Carvalho, manifestou idêntica opinião. Disse que a "cibagem" dos automóveis poderá fazer com que "os preços subam de forma insuportável e de uma só vez", no futuro. E sugeriu, como solução intermediária, que os preços dos automóveis passem a ser corrigidos de acordo com a variação das ORTN.

Expectativa

"Por enquanto, sem grandes manifestações de protesto." Esta expressão foi usada ontem por vários representantes das indústrias químicas, eletro-eletrônica e farmacêutica sobre a nova postura adotada pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), que voltou a controlar as remarcações de 273 produtos e serviços que estavam com seus reajustes liberados. A expectativa é de que novas medidas sejam anunciadas nos próximos dias, com o intuito de controlar também os reajustes das tarifas de serviços básicos, combustíveis e outros insumos.

No segmento transporte rodoviário de cargas, a nova orientação dada por Luís Roberto Azevedo Cunha, titular do CIP, no sentido de "reverter a excitação inflacionária", foi analisada também com certa cautela. Segundo Geraldo Viana, diretor-executivo da Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas (NTC), um controle rígido de preços só poderá ser absorvido na medida em que houver bom comportamento

nos reajustes dos insumos referentes à atividade.

— Nesse jogo de Nova República o que vale é a lealdade. As regras devem ser claras e coerentes. Até agora, fomos surpreendidos com cortes de preço de natureza política, com determinações de controle arbitrárias e segmentadas.

O presidente do sindicato da indústria eletroeletrônica, Firmino Rocha de Freitas, disse que as medidas agora adotadas só se tornarão viáveis se acompanhadas por outras que, no caso, se encarregariam do controle de preços dos componentes necessários à industrialização dos produtos:

— Se não houver um controle global de preços, nossa produção em pouco tempo se tornará inviável. Os preços dos insumos, como ferro, aço, petróleo, são decisivos na determinação do preço final dos produtos. As taxas de juro para capital de giro adquirem a mesma importância.

Diálogo

Já para os representantes da indústria farmacêutica, "é fundamental que a aprovação dos reajustes daqui para a frente seja acompanhada por um diálogo permanente".

A expectativa de grande parte dos empresários quanto aos próximos passos a serem dados pelo novo governo para o controle da inflação foi confirmada mais uma vez por Edgardo Soares Júnior, presidente do Sindicato da Indústria Química. A política de desvalorizações cambiais, segundo ele, também deve se reestudada, caso contrário "estariamos com nossa produção comprometida devido à grande dependência de importações".

Geraldo Viana, da NTC, lembra que o empresário desta vez está sendo pressionado dos dois lados: "De um, o governo controla os preços e de outro libera as reivindicações trabalhistas". Segundo ele, o governo não esconde objetivos conflitantes.

— Analisada sob este aspecto, a nova postura do CIP assume um perfil preocupante. Não podemos fazer mágica. Ou controlamos os preços ou atendemos às reivindicações trabalhistas que nos parecem muitíssimo justas.